

# O QUE AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SABEM SOBRE GÊNERO?

Lia Machado Fiuza Fialho<sup>1</sup>  
Lorena Brenda Santos Nascimento<sup>2</sup>  
Antônia Solange Pinheiro Xerez<sup>3</sup>

## RESUMO

Objetiva-se compreender os conhecimentos apreendidos na formação docente inicial e os demais saberes dos professores da educação básica concernentes à temática de gênero. O estudo problematiza a práxis de docentes e reflete sobre paradigmas, impulsionando posturas de respeito à pluralidade. Defende o argumento de que as questões de gênero são um assunto pouco discutido na rede municipal de Fortaleza-CE, necessitando de maior atenção dos educadores e políticas de formação continuada. Optou-se por uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, com seis professores, em uma escola pública de Fortaleza-CE que utiliza a metodologia da história oral temática. Da discussão das entrevistas, constatou-se, mediante a análise de conteúdo, que os profissionais não possuíam conhecimentos aprofundados sobre gênero, não conseguindo discernir conceitos fundamentais, tampouco descrever práticas pedagógicas desenvolvidas na escola acerca dessa temática. Ao contrário, reforçavam a especificação de papéis sociais ao reproduzir características de uma cultura sexista.

*Palavras-chave:* Formação docente. Gênero. Práticas pedagógicas.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero tem sido um assunto frequentemente abordado nas diferentes esferas da sociedade, atingindo, por consequência, os ambientes escolares, visto que esses espaços, ao tempo que sofrem influência da sociedade, também interferem diretamente no desenvolvimento dos indivíduos, por meio da

---

1 Doutora; Professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UECE; Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: <lia\_fialho@yahoo.com.br>.

2 Graduanda de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Bolsista de monitoria da UECE; Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: <lolsantos02@gmail.com>.

3 Doutora; Professora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UECE; Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: <antonioxerez@yahoo.com.br>

educação. Pretende-se, todavia, compreender os conhecimentos dos profissionais responsáveis pela docência na educação básica acerca dessa temática, bem como compreender como seus saberes sobre as questões de gênero estão se desenvolvendo na práxis pedagógica.

Para Bourdieu (2010), as práticas exteriorizadas reproduzidas pelo indivíduo no processo de interiorização sociocultural, na sua vivência em sociedade, são constituídas durante o processo de socialização do sujeito, na família, na escola, no trabalho etc. Congruente a esse postulado, torna-se relevante pensar a educação formal e seus atores no processo de reprodução social, que tem na ação pedagógica o elemento que seleciona e legitima a cultura dominante. Inclusive, Bourdieu e Passeron (1982) salientam a categoria teórica “violência simbólica” para explicar como a reprodução social acontece nas instituições, entre elas, a escola, e como esta se utiliza das ações pedagógicas para disseminar um arbitrário cultural dominante, de maneira naturalizada, e legitimar paradigmas.

O gênero, que se refere à identidade sexual que o indivíduo exprime, pode depender de sua herança biológica, psicológica ou mesmo da orientação com a qual o sujeito se identifica na interação com o meio, sendo, portanto, uma elaboração social e histórica (FERNÁNDEZ, 2014). As diferenças biológicas existentes entre os gêneros convergiram para as desigualdades, culminando em hierarquias sociais, as quais, por exemplo, mantêm a mulher na condição de submissão (SAFFIOTI, 2004). A luta por direitos iguais não ensina a universalização de valores, condutas e ideologias que beneficiem uma ou outra sexualidade – considerando as condições anatômicas, fisiológicas e psicológicas –, mas se expande dinamicamente em meio às transformações sociais, econômicas e culturais que estabelecem demandas cada vez mais distintas e específicas.

Partindo desta problemática: “O que os professores da educação básica conhecem sobre gênero e que práticas estão sendo desenvolvidas desde os saberes exprimidos?”, objetivou-se compreender os saberes dos professores a respeito dessa temática e problematizar as práticas que têm sido aplicadas em sala de aula para trabalhar gênero, ao considerar que as ações docentes são relevantes para o aprendizado do aluno, por “transmitirem” conhecimentos previamente elaborados pela sociedade, bem como para direcionar

sua atuação no contexto social. Desde o desenvolvimento da capacidade crítica e da disseminação de valores socioculturais, as posturas adotadas pelos professores, com vistas à formação holística do ser humano, tornam-se relevantes, por possibilitarem a compreensão de como o docente da educação básica percebe as diversidades e trabalha os assuntos referentes às diferenças de gênero.

Enquanto integrantes do Projeto de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), durante o ano de 2014, as pesquisadoras inquietaram-se por conhecer o que as professoras que atuavam na educação básica sabiam sobre gênero e como utilizavam esses conhecimentos no fazer pedagógico, já que, ao longo da observação sistemática nas salas de aula, não se presenciou nenhuma discussão ou intervenção no que concerne à temática. Importa inferir que, mesmo depois de publicada, recentemente, a Resolução Federal nº 12, de 16 de janeiro de 2015, que abrange especialmente a educação nas escolas e universidades, garantindo o emprego do nome social, a escolha dos uniformes e a utilização de banheiros baseados na identidade de gênero, não observou qualquer movimento de discussão na escola municipal Professor Maurício de Mattos Dourado, contemplada com o Pibid de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará.

Considerando que há crianças e jovens que se apresentam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) inseridos no ambiente escolar, insta perceber qual a formação docente para o trabalho com as questões LGBTs e como são desenvolvidas ações educativas nesse viés, dada a importância do assunto e o fato de essa matéria ainda causar polêmica, manifestada, por vezes, pela aversão de alguns membros da sociedade com relação a tais atores. Mesmo aferindo caráter de democracia e defendendo tratamento igualitário aos cidadãos, a sociedade ainda reprime e nega um modelo de educação libertadora (FREIRE, 1987) que de fato ofereça aos alunos respeito, oportunidades e direitos no saber, com equidade e com qualidade.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho utilizou uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com o fito de compreender os conhecimentos e as práticas desenvolvidos por educadores, numa

instituição pública de ensino municipal de Fortaleza, Ceará (CE), a respeito das questões relacionadas a gênero. O estudo, objetivando compreender os saberes e as ações pedagógicas dos docentes atinentes à temática em destaque, levou em consideração os diversos fatores – sociais, psicológicos, culturais etc. – que influenciam as ações educativas, concepções, ideologias e comportamentos difundidos no espaço escolar.

Realizaram-se entrevistas livres que tinham por base as seguintes perguntas norteadoras: 1) O que você entende sobre gênero? 2) Você trabalha questões de gênero em sala de aula ou desenvolve atividades que elucidam essa temática? Exemplifique. 3) Você já vivenciou conflitos envolvendo os alunos com relação às sexualidades? 4) Você já participou de alguma formação que apresentou como foco a temática gênero?

O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa de campo, como previamente mencionado, foi uma unidade escolar pública da cidade de Fortaleza, Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor Maurício de Mattos Dourado, que estava inserida no Pibid. Essa instituição trabalha com aproximadamente doze turmas de ensino fundamental e seis turmas de ensino infantil, distribuídas entre os turnos da manhã e da tarde. A instituição está localizada no Edson Queiroz, bairro dual no que concerne aos aspectos econômicos, pois, ao mesmo tempo que apresenta casas e edifícios acessíveis apenas para quem possui alto poder econômico, fica próximo a um bairro da periferia com casebres e favelas. É justamente a clientela periférica que estuda nessa escola. O bairro Edson Queiroz é considerado violento pelo alto índice de criminalidade envolvendo o tráfico de drogas.

Dezesseis professoras foram convidadas para participar da pesquisa, escolhidas aleatoriamente de turmas diversas da educação básica. Houve, no entanto, exclusividade de participantes do sexo feminino, fato decorrente de não haver docentes pedagogos do sexo masculino inseridos como polivalentes em sala de aula regular.

As educadoras convidadas para participar da pesquisa até se interessaram em saber do que se tratava o estudo e se disponibilizaram a colaborar em um primeiro momento, mas, após ser explicitada a temática, dez se negaram a prosseguir como participantes da investigação. Elas "subitamente" alegaram não ter tempo suficiente para responder aos questionamentos (mesmo não exprimindo essa

dificuldade no início), ou simplesmente justificaram a recusa por não entender sobre o assunto. Mesmo ante a insistência e a tentativa de sensibilização das pesquisadoras, informando acerca dos critérios éticos de sigilo e da ausência de necessidade de conhecimento sobre a temática, a participação continuou a ser negada.

Sendo assim, apenas seis professoras aceitaram ser entrevistadas e se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa. As profissionais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, receberam as devidas explicações quanto ao objetivo e ao desenvolvimento do estudo e foram informadas que a participação delas era voluntária, não acarretando qualquer benefício ou prejuízo, ainda que ocorresse desistência ao longo do percurso investigativo. Às docentes foi assegurado o anonimato, a fim de deixá-las mais à vontade para falar livremente. Desse modo, os nomes próprios foram substituídos por nomes de flores.

Os dados foram coletados por intermédio da metodologia da história oral temática, seguindo um projeto previamente desenvolvido (MEIHY; RIBEIRO, 2011). As entrevistas foram gravadas em equipamento digital, transcritas na íntegra, textualizadas e validadas – mediante técnica de estrutura geradora do discurso (FLICK, 2009). Por fim, a discussão dos resultados foi realizada por intermédio da análise de conteúdo (BARDIN, 2004) para verificação das categorias mais significativas nas falas, seguindo critérios específicos: 1º Juntaram-se todas as informações semelhantes das entrevistas transcritas; 2º Agruparam-se as falas que, mesmo não sendo iguais, assemelhavam-se bastante acerca de cada assunto; 3º Reuniram-se, finalmente, as temáticas em grupos definidos pela frequência com que apareciam; e 4º Dividiram-se as narrativas em categorias: a) conhecimentos aferidos, b) congruências, c) inconsistências e d) dificuldades formativas (FIALHO; VALDÉS, 2010). Estas, posteriormente, foram criticamente discutidas com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, compreender os conhecimentos das professoras da educação básica, bem como suas práticas no que tange à temática gênero.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma instituição como a escola, por vezes, a violência simbólica, pautada pelas relações de hierarquia, faz-se presente no

cotidiano escolar de maneira explícita ou mesmo de forma velada. Exercida por meio de símbolos de poder, não necessita do uso da força física, das armas, do grito, mas silencia protestos, naturaliza posturas e ações, ou seja, manifesta-se para além da percepção do senso comum e toma corpo nos tipos de violências não percebidas como tais (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Scott (1990), no que se refere à supremacia relativa ao gênero, leciona sobre a necessidade de desconstruir o "caráter permanente da oposição binária" homem-mulher, cuja lógica dicotômica e polarizada se inter-relaciona dentro de uma estrutura propulsora de dominação e submissão. E acrescenta:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990 p. 14).

Em congruência com Abramovay, Rua e Scott, importa desvelar, a partir dos conhecimentos e práticas das professoras, como é tratada a questão de gênero na escola e como as educadoras (re)produzem ou desmistificam as relações heterossexistas. Para isso, todavia, torna-se mister conhecer os saberes docentes e suas práticas.

As categorias que emergiram dos resultados das narrativas coletadas, por intermédio das entrevistas em história oral, foram: 1) Conhecimentos aferidos, que dizem respeito à compreensão das docentes em relação à temática gênero; 2) Congruências, que apontam para as unanimidades e semelhanças de compreensão; 3) Inconsistências, que exprimem as inseguranças e a incapacidade de elaborar atividades em sala que abordem gênero; e 4) dificuldades formativas, que fazem referência à formação inicial, contínua ou continuada direcionada especificamente para discutir a temática.

Observou-se, na realidade da educação básica da escola pesquisada, que as professoras se destacam por ser figuras mediadoras de relevância num espaço no qual a formação do sujeito estava acontecendo, mediante etapas psicológicas, afetivas

e histórico-sociais, a qual no futuro iria influenciar sua relação com o mundo e com as pessoas ao seu redor (GALINKIN; BERTONI, 2014). A qualidade das mediações, contudo, refletia-se na aquisição dos conhecimentos e no desenvolvimento holístico dos alunos, perpassando por aspectos gerais e específicos do educando em processo de aprendizagem. Logo, também influenciava na formulação de ideias e pensamentos que se constituíam conforme a maneira com que eram expostos em sala.

O modo como as professoras enxergavam, contextualizavam e interpretavam os saberes, no que concernem às questões de gênero, foi percebido nos comportamentos e posturas adotadas e confirmado nas oralidades das entrevistadas, que demonstraram, em linhas gerais: falta de conhecimento e discernimento sobre o tema, pouca visibilidade ao assunto nas aulas, insegurança na mediação de conflitos e poucas ações efetivas, na contramão da heteronormatividade.

A formação pedagógica atinge processos e concepções de sentidos e significados diversos que são atribuídos à sexualidade do indivíduo, construídos através de reproduções e produções desses saberes em nossa sociedade (JOCA, 2009b). A primeira categoria, conhecimentos aferidos, que diz respeito à compreensão das docentes em relação à temática gênero, demonstrou que, mesmo cientes das modificações históricas e dos ganhos sociais envolvendo os gêneros e as suas multiplicidades, as professoras não conseguiram acompanhar tais mudanças ou compreender o significado delas, seja pelo fato de os modelos educacionais presentes continuarem representando separações nas atividades desenvolvidas pelos sexos, seja pela construção social que ainda permanece a passos lentos no caminho por uma igualdade de gêneros mais presente e discutida. Joca (2009b, p. 162) leciona:

[...] como espaços de socialização do saber legitimados na sociedade moderna, a família, a escola, a igreja e o estado ocupam um papel de grande importância, ao delegar-se à tarefa de atribuir aos sujeitos valores e regras quanto à formação, organização e legitimação de suas relações sociais e sexuais. No campo da sexualidade, tem-se perpetuado a heterossexualidade como possibilidade única para a vivência da sexualidade,

de modo que se torna bastante difícil aos sujeitos compreenderem e reconhecerem a existência de outras possibilidades.

**Em congruência com o exposto, percebeu-se que a elaboração conceitual das docentes sobre gênero partiu de princípios conservadores em meio a uma sociedade patriarcal, a qual divide os sujeitos em dois grupos – masculino e feminino – e atribui comportamentos específicos em decorrência do sexo. Essa postura historicamente reproduzida, consciente ou inconscientemente, tem gerado consequências negativas de rotulação e violência simbólica que perduram até os dias atuais.**

**As Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p. 13, grifo do autor), especificamente no segmento de Educação em Direitos Humanos, esclarecem, em seus princípios, que o respeito pelas diferenças precisa compor necessariamente os diversos espaços sociais em vista de uma transformação que iguale os direitos dos indivíduos de maneira democrática, conforme se pode constatar a seguir:**

[...] *Igualdade de direitos*: O respeito à dignidade humana, devendo existir em qualquer tempo e lugar, diz respeito à necessária condição de igualdade na orientação das relações entre os seres humanos. O princípio da igualdade de direitos está ligado, portanto, à ampliação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais a todos os cidadãos e cidadãs, com vistas a sua universalidade, sem distinção de cor, credo, nacionalidade, orientação sexual, biopsicossocial e local de moradia. [...] *Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades*: Esse princípio se refere ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades. O princípio jurídico-liberal de igualdade de direitos do indivíduo deve ser complementado, então, com os princípios dos direitos humanos da garantia da alteridade entre as pessoas, grupos e coletivos. Dessa forma, igualdade e diferença são valores indissociáveis que podem impulsionar a equidade social.



Importa compreender que as diferenças existem e que não se pode tentar universalizar padrões de comportamento; respeitar as diferenças não é torná-las invisíveis. Pulcino, Pinho e Andrade (2014, p. 129), quanto à percepção das particularidades de cada gênero, acrescentam que: “Não basta apenas reconhecer que existem diferentes expectativas para mulheres e homens, mas também perceber por meio de quais mecanismos sociais o controle dos corpos é reiterado ao longo da vida escolar dos/as estudantes, de modo a desvelá-los e tornar o tratamento dos gêneros mais igualitário”. Ante essa compreensão é que fomentamos a discussão dos resultados desta pesquisa.

Na segunda categoria, congruências, que aponta para as unanimidades e semelhanças de compreensão, todas as seis entrevistadas elaboraram narrativas semelhantes, atenuando que o gênero corresponde à identificação dos sexos biologicamente, conforme exposto a seguir por três das entrevistadas que foram mais claras em suas respostas:

Gênero que eu entendo é o feminino e o masculino. Desde o começo do mundo que tem Adão e Eva, tem o homem e tem a mulher. (ROSA).

Gênero que eu compreendo é gênero feminino e gênero masculino, homens e mulheres; estamos sempre divididos assim. (ORQUÍDEA).

Bom, para mim, gêneros existem dois, feminino e masculino. O mundo é formado por homens e mulheres. Claro que a gente sabe que existem várias outras vertentes, mas, *a priori*, na natureza humana, nós temos os gêneros feminino e masculino. (JASMIM).

A partir das falas, percebemos que as compreensões a respeito de gênero consistem na separação de sexos, não sendo o gênero considerado como uma construção social do indivíduo, mas sim como uma característica biológica que determina o ser homem e mulher desde o órgão genital. No entanto, essa é uma visão limitada, que demonstra imprecisão e pouco conhecimento sobre a temática. Para Galinkin e Bertoni (2014, p. 23):

[...] é possível afirmar que gênero é uma construção histórico-social referindo-se às diferenças sociais entre homens e mulheres. Enquanto tal, é uma categoria imersa nas instituições sociais e pode ser considerada em permanente processo de construção e sujeita a transformações, dependendo do contexto no qual está inserida. Sendo construção social, o sentido atribuído ao ser masculino ou feminino pode variar de cultura para cultura e, também, no decorrer da história de uma sociedade. Constrói-se nas relações sociais, sendo a família e a escola as duas principais instituições socializadoras para o desempenho de papéis de gênero em diversas sociedades.

**Para Louro (1999), todas as identidades sociais, inclusive as sexuais e de gênero, são definidas no âmbito cultural e histórico, e as multiplicidades dessas identidades é que irão constituir os sujeitos, na medida em que as reações das diferentes circunstâncias, sejam essas ocasionadas em instituições ou agrupamentos sociais, forem vivenciadas pelos indivíduos nos espaços de vivência coletiva.**

**Intentou-se, nessa perspectiva, ampliar a investigação ao questionar sobre a maneira como as professoras desenvolviam atividades vinculadas à temática em sala, pois se partiu do pressuposto de que as ações poderiam explicitar melhor o processo de elaboração da categoria no contexto social em que estavam imersas.**

**A terceira categoria, inconsistências, exprimiu as inseguranças e a incapacidade das docentes para elaborar atividades em sala que abordem gênero. Quando questionadas como o assunto gênero era trabalhado nas suas práticas pedagógicas, seja por meio de atividades específicas ou interdisciplinares, as opiniões das professoras oscilavam entre dois polos, ora não conseguiam recordar de nenhuma atividade, ora lembravam dos conteúdos de Ciências, em especial o que trabalha o sistema reprodutor.**

**Segundo a educadora denominada de Orquídea, nas atividades em si, ela não costuma trabalhar o tema, mas, quando algum conflito é desencadeado pelos alunos, ela sempre tenta orientar a questão levando em consideração o respeito pelas diferenças e a flexibilização dos papéis considerados "exclusivos para os sexos feminino e masculino":**

Sempre há exemplos do sexo oposto que desempenham alguma atividade tão bem como aquele que é dito para aquilo, assim como existem grandes profissionais, bons cozinheiros, costureiros e pessoas que entendem de moda que nem são mulheres. Não existe isso determinado, depende do talento de cada um e do que essa pessoa gosta de fazer. Por exemplo, quando dizem: 'Futebol é um esporte para meninos' [...], eu sempre procuro colocar para eles que, na grande maioria, são os meninos que jogam, mas que não há problema algum em uma menina jogar também.

**Exemplos como esse reiteram uma cultura na escola que afirma que a sexualidade se materializa a partir das práticas sociais, sexuais e educativas, sendo exercida pelas relações de poder que dividem determinadas atividades considerando a sexualidade da pessoa, e não a sua capacidade de desempenhá-las. Rago (1998, p. 6), ao lecionar sobre o surgimento das concepções feministas que, com o tempo, conseguiram obter vasta visibilidade social, explicita que "[...] as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas".**

**Congruente com os achados desse estudo, Matos (2006), ao tratar sobre a categoria gênero, enfatiza que os comportamentos construídos pelo homem e pela mulher são definidos um em função do outro, considerando que ambos se constituem historicamente em espaços socioculturais estabelecidos. A autora ainda aponta para um fato importante quando afirma que as relações de gêneros concebidas são baseadas nas diferenças hierárquicas que sempre distinguiram os sexos masculino e feminino, culminando numa forma primitiva de relação de poder significativa.**

**Em outra perspectiva, uma das educadoras destacou os conteúdos dos livros didáticos como ferramenta para discutir sobre o assunto em sala com os alunos, como, por exemplo, a disciplina de Ciências, quando vai trabalhar as diferenças entre o corpo da mulher e o do homem. Ela fala:**

No dia a dia, a gente sempre está levantando essas questões, elas estão na idade de formação, numa

hora ou outra, puxamos a questão do gênero, tanto nas atividades de Ciências como nas atividades de formação humana, esclarecendo qual é a natureza do menino, qual é a natureza da menina, coisas que geralmente os meninos fazem ou que geralmente as meninas fazem, mas que, claro, não impedem também de meninas fazerem coisas típicas de meninos, e vice-versa. A gente sempre tem que estar trabalhando, sim, essa questão das diversidades, seja em dinâmicas ou até mesmo no conteúdo da aula de Ciências, sobre o corpo humano, os órgãos sexuais femininos e masculinos, a questão da puberdade, então sempre está tocando nesse assunto. (JASMIM).

De maneira mais enfática, percebe-se no depoimento supracitado o reforço em relacionar que atividades e características são peculiares ao homem ou à mulher na concepção fundamentalmente heterossexual. Em sua fala, Jasmim relata que a temática é levantada em sala “numa hora ou outra”, em consequência dos próprios conteúdos específicos da disciplina de Ciências ou de formação humana. Porém, a maneira como as questões de gênero são tratadas, nessa perspectiva, dá a entender que a sua função se restringe às diferenças biológicas do corpo em decorrência do sexo, como é mencionado: “natureza do menino, natureza da menina”. Ao tempo que a educadora reconhece que o sexo não impede a realização de atividades, ela reproduz uma visão paradigmática ao mencionar as expressões “natureza do menino” ou “natureza da menina”, a qual veicula a ideia de que os sexos nascem predestinados a atuar de maneira específica, ressaltando a divisão social ainda preconizada por razão do sexo.

Urge salientar que nenhuma professora conseguiu descrever uma atividade prática desenvolvida em sala de aula que estimulasse a discussão sobre gênero. Ao questionar se as docentes haviam presenciado situações de conflito na escola em decorrência das diferenças de gêneros, seja envolvendo machismo ou feminismo, ou das orientações sexuais, como o homossexualismo, transexualidade e outras diversidades, uma educadora relatou a seguinte experiência:

Em outra escola, em que eu ensinava no 4º ano, eu

tinha alunos gêmeos, dois meninos, e aí um deles era bem afeminado. Tanto a escola como o pessoal da sala zoavam muito a criança, porque o outro irmão era o oposto dele, era violento e se destacava por isso. Já o outro, não, já era mais pegando em cabelo, querendo se maquiar, querendo brinco, e aí esse sofria muito *bullying*, por ser igual, em relação ao irmão, fisicamente, mas ser diferente na personalidade. Tivemos que trabalhar, tanto eu como a escola toda, a questão de respeitar as diferenças, que as pessoas sempre são diferentes umas das outras, apesar das semelhanças. (TULIPA).

A professora acrescenta que o conflito precisou de uma interferência da escola, por tamanha repercussão e incômodo que causou à criança. Num âmbito geral, ressaltou a necessidade de uma formação voltada para o respeito às diferenças, não somente para preparar os docentes, mas para toda a comunidade escolar. Pode-se perceber, entretanto, que em nenhum momento foi conjecturada a apresentação das maneiras pelas quais os indivíduos podem se identificar no que concerne à sexualidade. A orientação sexual era trabalhada heteronormativamente, ou seja, as pessoas que são homens agem com masculinidade e as que são mulheres agem com feminilidade, os que destoam desses padrões são tachados de diferentes.

Segundo Torres (2010, p. 3), essa lacuna se acentua, pois: “O movimento e lutas homossexuais, hoje compreendidas como lutas LGBT ou pela diversidade sexual, possuem uma articulação mais frágil no campo dos DH [Direitos Humanos], permanecendo como um elemento, considerando que ainda não estão assimilados pelo discurso dominante”. Esse discurso se faz presente na realidade das escolas e da sociedade, mas as lutas pelos direitos e respeito às diversidades é fruto de um trabalho que se torna cada vez mais consistente, também insistente, que aos poucos tem ganhado o próprio espaço dentro das instituições. Joca (2009a, p. 102) comunga com o exposto quando destaca:

No campo da sexualidade, a escola, como ambiente de apreensão e produção de saberes na prática da convivência coletiva, apresenta-se como espaço onde afloram as questões da sexualidade, tendo em vista

as descobertas e curiosidades trazidas pelos/as jovens através de comportamentos e atitudes diversas. Desse modo, a abordagem acerca da sexualidade passa a integrar-se às atribuições escolares de forma imperativa em suas ações educativas, uma vez que os sujeitos que a compõem são seres sexuados e, especialmente ao/às jovens em formação, encontram-se, muitas vezes, em processo de descobertas de prazeres e desejos pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo ou por ambos.

A carência de orientação para tratar as diversidades em sala pelas professoras constitui a quarta e última categoria de análise, dificuldades formativas, que faz referência à formação inicial, contínua ou continuada direcionada especificamente para discutir a temática gênero.

Todas as docentes relataram que, na formação inicial do Curso de Pedagogia, não haviam recebido qualquer informação ou orientação no que concerne ao trabalho com as sexualidades. Acrescentaram que participavam quinzenalmente de formações continuadas oferecidas pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Fortaleza, mas que, ao longo dos anos de atuação no magistério, nenhuma dessas capacitações trouxe como temática gênero ou sexualidades.

A falta de formação continuada e a negligência em relação à temática dificultam o papel do docente e sublimam ricas oportunidades que poderiam ser utilizadas para desenvolver debates e estudos com os alunos com vistas a superar paradigmas preconceituosos e opressores. Os educandos que não se enquadram nos padrões heteronormativos sentem-se reprimidos, sem apoio da comunidade escolar, e se percebem como diferentes, anormais ou até indesejados. As narrativas apresentadas e brevemente discutidas revelam que muito ainda precisa ser feito para mudar a postura negligente ou preconceituosa que alguns educadores desenvolvem, ainda que de maneira velada, fomentando o desrespeito às diferenças, em especial as de comportamento e orientação sexual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do trabalho foi compreender os saberes e as práticas exercidas no fazer pedagógico de docentes da educação básica de

uma escola pública municipal de Fortaleza-CE no que concerne a questões de gênero e sexualidades. Esse escopo foi alcançado com o estudo de caso, que utilizou a história oral temática como metodologia de pesquisa e as entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados.

Os resultados apontaram que as professoras possuem pouca compreensão sobre a temática gênero e sexualidades, expressando uma visão acrítica, repleta de imprecisões e ignorâncias que reforçam, de maneira velada, paradigmas historicamente disseminados em prol da oposição binária homem-mulher. A lógica dicotômica e polarizada entre homem e mulher negligencia a existência da diversidade de orientações sexuais, colaborando para a manutenção de uma estrutura propulsora de dominação e de submissão.

Constatou-se que as professoras são incapazes de narrar ações concretas desenvolvidas em sala acerca da temática em tela, indicando inexistência de práticas pedagógicas correlatas, bem como sérias dificuldades conceituais que confundem construtos como sexo, sexualidade e gênero. Também se confirmou que são raras ou inexistentes as capacitações ou formações continuadas sobre esse assunto, o qual é relegado à invisibilidade.

A pesquisa ora desenvolvida gera muitas discussões e não se encerra neste estudo, ao contrário, sinaliza para a necessidade de ampliar debates que envolvam também a comunidade escolar. Importa, pois, considerar sobre a premência de se investir em formação de professores, na perspectiva de promover maior conhecimento a respeito das questões de gênero e incentivar o respeito pelas diversidades e diferenças, não as omitindo, mas conhecendo-as e valorizando-as nos mais diversos espaços de socialização, principalmente nos que se denominam educacionais.

## WHAT THE TEACHER'S OF BASIC EDUCATION KNOW ABOUT GENDER?

### ABSTRACT

The goal of this paper is to understand the expertise acquired in initial teacher training and other knowledge of basic education teachers concerning the gender issue. The study discusses about the teachers praxis and think

over paradigms, driving to a stance of respect of plurality. Also, defends the argument that gender issues are rarely discussed in public schools of Fortaleza-CE, requiring more attention from educators and continuing training policies. We chose a qualitative research using case study type, with six teachers and in a public school in the same municipality mentioned earlier, which uses the methodology of thematic oral history. From the discussion of the interviews, it was found by content analysis, that the professionals did not have ample mastery about gender subject, failing to discern fundamental concepts; neither describes the pedagogical practices developed at schools about this subject, instead, they reinforced the specification of social roles by reproducing characteristics of a sexist culture.

**Keywords:** Teacher training. Gender. Pedagogical practices.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violências nas escolas. Brasília, UNESCO. 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB/DICEL, 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 mar. 2015. Seção 1, p. 3.

FERNÁNDEZ, María del Pilar Miguez. Identidades de gênero e etnolinguística nas experiências de educação superior de professoras indígenas no Brasil. Em aberto, Brasília, v. 27, n. 92, p. 147-163, jul./dez. 2014.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; VALDÉS, Maria Teresa Moreno. Qualidade de vida na infância: visão de alunos da rede pública e privada de ensino. Fortaleza: UFC, 2010.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALINKIN, Ana Lúcia; BERTONI, Luci Maria. Gênero e educação: um caminho para a igualdade. Em aberto, Brasília, v. 27, n. 92, p. 21-42, jul./dez. 2014.



JOCA, Alexandre Martins. Educação escolarizada e diversidade sexual: problemas, conflitos e expectativas. In: COSTA, Adriano Henrique; JOCA, Alexandre Martins; LOIOLA, Luís Palhano (Org.). Desatando nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. Fortaleza: UFC, 2009a, p. 99-140.

\_\_\_\_\_. Formação continuada para educadores/as sobre gênero e diversidade sexual: a experiência do grupo de resistência asa branca. In: COSTA, Adriano Henrique; JOCA, Alexandre Martins; LOIOLA, Luís Palhano (Org.). Desatando nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. Fortaleza: UFC, 2009b, p. 141-189.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 7-34.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: uso e perspectivas. In: MELO, Hildete Pereira de et al. (Org.). Olhares feministas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006, p. 281-294. (Coleção Educação para Todos, 10).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Guia prático da história oral. São Paulo: Contexto, 2011.

PULCINO, Rachel; PINHO, Raquel; ANDRADE, Marcelo. Papéis e identidades de gênero no contexto escolar: a percepção dos/as jovens sobre as relações entre os sexos. Em aberto, Brasília, v. 27, n. 92, p. 127-146, jul./dez. 2014.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história: masculino, feminino, plural. Florianópolis: Mulheres, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

TORRES, Marco Antonio. Direitos humanos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) na educação e as lógicas heterossexistas. In: FAZENDO GÊNERO: diásporas, diversidades, deslocamentos, 9., ago. 2010, Santa Catarina, Anais... Santa Catarina: 2010, p. 1-10. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278195712\\_ARQUIVO\\_FazendoGenero9MarcoAntonioTorres.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278195712_ARQUIVO_FazendoGenero9MarcoAntonioTorres.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2015.

**Aprovado em dezembro de 2015**

**Publicado em abril de 2016**